

PRESIDENTE DO TST ABRE DIÁLOGO COM ADVOCACIA E CRONOGRAMA DO PJe SERÁ REVISTO



Diretoria ABRAT - 2012/2014

Presidente: Antônio Fabrício de Matos Gonçalves (MG)
Vice-presidente nacional: Nilton Correia (DF)
Secretário Geral: Roberto Parahyba Arruda Pinto (SP)
Diretora Financeira: Sílvia Lopes Burmeister (RS)
Vice-presidente da Região Norte: Rodrigo Walghan (AM)
Vice-presidente da Região Nordeste: Marcondes Rubens Martins de Oliveira (PE)
Vice-presidente da Região Centro-Oeste: Eliomar Pires Martins (GO)
Vice-presidente da Região Sudeste: José Luiz Xavier (RJ)
Vice-presidente da Região Sul: Miriam Klahold (PR)
Vice-presidente do Distrito Federal: Antônio Alves (DF)
Diretor de Imprensa, Divulgação e Revista: Benizete Ramos de Medeiros (RJ)
Diretor de Assuntos Legislativos: Ronaldo Tolentino (DF)
Diretor de Assuntos Jurídicos: Felipe Caliendo (SC)
Diretor Social: Izabel Dorado (MG)
Diretor de Informática: Jefferson Calaça (PE)
Diretor de Temas estratégicos: Carlos Alfredo (BA)
Diretor de Especialização: Roseline Rabelo de Jesus Moraes (SE)
Diretora da eventos: Luciana Barcellos Slosbergas (SP)
Diretor de Relações Institucionais: Cezar Brito (SE)
Diretor de Relações ABRAT/UTRA: Maria Cristina Carrion Vidal de Oliveira (RS)
Diretor de Convênio: Jocelino da Silva (SP)
Diretor de Relações ABRAT/ALAL: Luiz Gomes (RN)
Diretor da Relações entre Associações: Araçari Baptista (RJ)
Diretor de Jornal Virtual: Carlos Tourinho (BA)
Diretor de Assuntos Jurisprudenciais: Pedro Mauro (MS)
Diretor da Escola de Advocacia: Luciana Serafim da Silva Oliveira (MT)
Diretor da ABRAT Jovem: Marcos Antônio de Oliveira Freitas (MG)
Coordenador do Colégio de Presidentes - Luciano Almeida (AL)
Departamento de PJe: Arlete Mesquita (GO) - Sílvia Mourão PA
Departamento de Direito Desportivo: Paulo Sérgio Marques dos Reis (RJ)
Afonso Celso Raso (MG)

ABRAT Eletrônico
Informativo mensal da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas

Diretor de Jornal Virtual: Carlos Tourinho
Jornalista responsável: Mellissa Mendes - MGO
7155JP

Este é seu canal de comunicação com a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas. Envie sugestões, críticas e o que deseja no ABRAT on line. Entre em contato pelo email: mellissa.mendes@yahoo.com.br Site: www.abrat.net Facebook: <https://www.facebook.com/redeabrat>

No dia 14 de fevereiro, o Presidente da ABRAT, Antônio Fabrício Gonçalves, esteve com o Presidente eleito do TST, Carlos Alberto de Reis de Paula, onde conversaram sobre os problemas do PJe que aflige a advocacia. Nessa reunião também foi solicitado que se mantivesse uma agenda permanente de diálogo com a advocacia, e que as decisões do evento nacional sobre o PJe encaminhadas ao TST.

Foi falado, ainda, sobre o cronograma do PJe e sua implantação.

No dia 20/03 o Presidente do

Conselho Federal Marcus Vinícius Furtado Coêlho, esteve também com o Presidente do TST e ficou acertado que o Conselho Federal e a ABRAT terão pauta conjunta e diálogos permanentes e unificados.

Ficou acertado que o cronograma de implantação do PJe será revisto.

Participaram ainda da reunião do dia 14 os juizes que auxiliarão a Presidência do TST - Doutores Orlando Tadeu Alcântara e José Hortêcio Júnior, além do advogado Presidente da CAA/MG Sérgio Múriilo Diniz Braga.

O PJe?



ONDE EU APERTO
O BOTÃO
E ONDE O BOTÃO
ME APERTA

As Questões Políticas e Jurídicas do PJe

As resoluções do PJe e o conflito com as leis vigentes no Brasil

O PJe e as limitações para o exercício da advocacia

Os principais problemas do PJe e seus efeitos na atividade postulatória

O PJe, a modernidade e os direitos constitucionais (processuais e trabalhistas)

01 de março de 2013 - 9h00

Inscrições e programação : www.oabmg.org.br/abratpje

Entrada franca

Realização



Apoio



Resolução do CNJ que vêm sendo solenemente ignoradas pelos tribunais trabalhistas

**Roberto Parahyba*



Olho do artigo: A pronta obrigatoriedade de transmissão de petições à distância por meio exclusivamente eletrônico no âmbito da Justiça do Trabalho pode inviabilizar o exercício da advocacia.

Essas benfazejas iniciativas, com vistas à participação ativa da ABRAT na implementação do processo judicial eletrônico merece o envolvimento e engajamento dos advogados trabalhistas, que estão extremamente preocupados com a forma muitas vezes açodada que vem sendo implantado o PJe-JT.

Desconsiderando-se, por exemplo, que ao advogado deve sempre ser assegurado o direito previsto no artigo parágrafo 3º, da Lei 11.419/2006, assim redigido: "Os órgãos do Poder Judiciário deverão manter equipamentos de digitalização e de acesso à rede mundial de computadores à disposição dos interessados para distribuição de peças processuais".

A pronta obrigatoriedade de transmissão de petições à distância por meio exclusivamente eletrônico no âmbito da Justiça do Trabalho pode inviabilizar o exercício da advocacia, não apenas em decorrência do grande contingente de advogados que ainda não dispõem dos custosos equipamentos necessários para tanto, como pelas próprias dificuldade de acesso à rede mundial de computadores em vários locais, quer pela deficiente infra-estrutura, quer pela insuficiente disseminação da banda larga em nosso país.

Os advogados não podem ser compelidos à utilização de recursos ainda legalmente facultativos (neste sentido, dispõe o parágrafo único, do art. 5º, da Resolução 94/201, do Conselho Superior da Justiça, que: "No caso de ato urgente em que o usuário externo não

possua certificado digital para o petiçãoamento, ou em se tratando da hipótese prevista no art. 791 da CLT, a prática será viabilizada por intermédio de servidor da unidade judiciária destinatária da petição ou do setor responsável pela redução a termo e digitalização de peças processuais").

A implantação do processo eletrônico deve cumprir com seu desiderato de concretização do direito à razoável duração do processo, jamais servindo como obstáculo de acesso à justiça.

Secretário-Geral da ABRAT e sócio do Parahyba Arruda Pinto Advogados Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade de Salamanca, Espanha.

A toque de caixa Processo eletrônico cria exigências não previstas na lei

**Luiz Salvador*



Olho artigo: O sistema tem que atender aos jurisdicionados e não a interesses corporativos de magistrados que querem se livrar da responsabilidade constitucional.

A segurança jurídica está em discussão na implantação a "fórceps" do petiçãoamento eletrônico exclusivo, sem outras opções antes existentes.

Ninguém pode ser contra a modernidade, desde que essa venha para atender aos cidadãos de modo geral e não servir-se da ferramenta obrigatória e exclusiva para indeferir processamento de recursos tempestivos, para atender a interesses corporativos de membros do Poder Judiciário que o usam para liquidar processos, limpando suas pautas, fazendo crescer a níveis exponenciais as estatísticas de "produção" dos tribunais e dos membros do Poder Judiciário, criando-se a exclusão digital e a insegurança jurídica, ao arrepio das garantias constitucionais vigentes.

Ao que parece, as estatísticas de produção do número de processos "julgados" tornou-se um fim em si mesma, nada importando a qualidade desses julgamentos!

O sistema tem que atender aos jurisdicionados e não a interesses corporativos de magistrados que querem se livrar da responsabilidade constitucional de entregar o bom direito a quem seja seu detentor. O sistema tem que ser intuitivo, como o é o para fazermos compras pela internet. Se algum dado estiver faltando, o sistema tem que avisar para que o usuário possa corrigir a exigência no ato. Os tribunais estão legislando por atos administrativos internos, criando novos regramentos processuais e normativas a encargo dos advogados. E tudo implantado com rapidez sem que todos os advogados estejam readequados às novas exigências.

Mais devagar com o andor, porque o santo é de barro: O sistema eletrônico não pode prejudicar os jurisdicionados com exigências e regramentos administrativos que criam novas exigências procedimentais e processuais que extrapolam a previsão legal.

O sistema de petiçãoamento eletrônico é bem vindo, mas sua implantação não pode ser a toque de caixa como está ocorrendo, em prejuízo dos jurisdicionados. O serviço tem que atender não só ao interesse do Poder Judiciário que tem permitido, pelo não processamento do recurso, a diminuição das demandas judicializadas.

Presidente da ALAL, diretor do Departamento de Saúde do Trabalhador da JUTRA, assessor jurídico de entidades de trabalhadores, membro integrante do corpo técnico do Diap, do corpo de jurados do Tribunal Internacional de Liberdade Sindical (México) e da comissão de juristas responsável pela elaboração de propostas de aprimoramento e modernização da legislação trabalhista instituídas pelas Portarias-MJ 840, 1.787, 2.522/08 e 3105/09.

Projeto do Senado pretende modificar a execução trabalhista

O projeto de Lei 606/2011, que discute a reforma da execução trabalhista, está sendo analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

De autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), o projeto pretende alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-Lei nº 5.452/1943), para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.

Dados divulgados em abril do ano passado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), apontam que dos trabalhadores que têm suas causas julgadas, mais de 70% não recebem seus direitos.

Confira o projeto na íntegra no endereço eletrônico: <http://www.abrat.net/portal/noticias/mostraConteudo.asp?codConteudo=515>

Vice-presidente assume CNDS



“A adesão ao PJe é inevitável, mas da forma como está sendo feita, ao invés de aderirmos estamos sendo, literalmente, empurrados”

Nilton Correia

Comissão Nacional de Direitos Sociais do Conselho Federal da OAB.

A nomeação foi feita pelo novo presidente do CFOAB, Marcus Vinícius Furtado, que definiu a medida como primeira missão estabelecer um diálogo com o Tribunal Superior do Trabalho (TST) com vistas a definir um cronograma que torne viável a adesão dos advogados trabalhistas ao Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Um dos primeiros atos de Correia foi se reunir com o coordenador do PJe no âmbito do TST, juiz Rubens Curado, para expor as preocupações da advocacia.

“A adesão ao PJe é inevitável, mas da forma como está sendo feita, ao invés de aderirmos estamos sendo, literalmente, empurrados”, afirmou Nilton Correia, que além de conselheiro federal suplente pelo Distrito

Federal é presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do DF.

Segundo ele, é mais do que razoável que se pleiteie junto ao TST um cronograma para instalação do sistema, ao tempo em que serão discutidas as consequências que falhas operacionais podem causar ao direito de defesa dos jurisdicionados. “Todos sabemos que mesmo sendo capital do País, Brasília possui imensos problemas nas redes de telefonia”, disse. “O que dizer de regiões onde a Internet ainda está engatinhando”, finalizou Correia.

IX JUTRA: Encontro Luso-Brasileiro de Juristas do Trabalho Trabalho e Democracia. A Economia os Coloca e Risco?

Data: 21 a 22 de março de 2013

Coordenação: Associação Luso-Brasileira dos Juristas Trabalhistas (Jutra)
Associação dos Advogados de São Paulo (AASP)

Programa

21/3 - quinta-feira

20 h - **Composição de mesa de abertura.**

As convenções e recomendações de direitos humanos da Oit e sua aplicação no Direito brasileiro.

Expositor: Flávia Piovesan

22/3 - sexta-feira

9 h - 1º Painel – Tema: Dumping social e o dano moral coletivo na esfera trabalhista.

Expositores: Cezar Britto (Brasil)
José Augusto Ferreira da Silva (Portugal)

11 h - 2º Painel – Tema: Limites e perspectivas da negociação coletiva do trabalho.

Expositores: Magnus Farkatt (Brasil)
Paula Forjaz (Portugal)
Antonio Carlos de Moraes (Brasil)

16 h - 3º Painel – Tema: Crise ou reafirmação do princípio de proteção.

Expositores: Diogo da Luz (Portugal)
Eneida Mello (Brasil)
Amaro Jorge (Portugal)
Ivan Alemão (Brasil)

18 h - Conferência de encerramento.

Expositor: Elisio Estanque (Portugal)

Local:

Associação dos Advogados de São Paulo - AASP
R Álvares Penteado, 151 - Centro - São Paulo-SP

AAT/SP insitui prêmio em memória de advogada pioneira trabalhista



Gilda Ferraz recebe o 1º Prêmio Dra, Ritsuko Tomioka

A AATSP instituiu o prêmio em memória da advogada pioneira na área trabalhista, Ritsuko Tomioka. Formada pela USP – turma de 1962 – falecida em maio de 2012, ela foi a primeira advogada de descendência oriental a atuar nesta área.

A conselheira da OAB/SP, Gilda Figueiredo Ferraz de Andrade receberá o 1º Prêmio Dra, Ritsuko Tomioka. Homenagem será concedida pela Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo (AATSP). A indicação foi conquistada por meio de votação unânime.

Ritsuko foi uma das figuras mais importantes na fundação da Escola Superior de Advocacia (ESA) e uma das professoras homenageadas em 2011, por conta do reconhecimento ao grau de excelência dos cursos mantidos pela instituição.

ABRAT realiza II Tribunal do Júri

O II Tribunal do Júri coordenado pela ABRAT debaterá o novo projeto de Execução, Projeto de Lei do Senado nº 606 de 2011, que tramita no Congresso Nacional. O júri será presidido pelo advogado e deputado federal Gabriel Guimarães, que é o coordenador da frente

parlamentar dos Advogados no Congresso.

Contra o projeto estarão Estevão Mallet, Ophir Cavalcanti e Luiz Carlos Robortella; e a favor o Juiz do Trabalho Marcos Fava, Benizete Ramos e Luis Carlos Moro.

O júri será realizado no dia 21 de

março, às 15 horas, na sede da AASP, na Rua Álvares Penteado, 151 - Sé - São Paulo - SP, e terá a transmissão ao vivo para todos os Associação no Brasil.

De acordo com o presidente da ABRAT, Antônio Fabrício, mais de 250 cidades poderão ver esse debate da Associação em tempo real.

Associações Trabalhistas animam o carnaval de Recife e Rio de Janeiro



Bloco d'Á CÁ, Tia arrasta 3000 no Rio

O bloco de carnaval d'Á CÁ, Tia foi uma dos responsáveis pela animação da folia no Rio de Janeiro. A ACAT/RJ e os advogados trabalhistas puseram o seu bloco na rua. O animado cortejo se concentrou em frente ao número 18 da rua do Rezende, na Lapa, ponto tradicional de encontro do bloco e onde funciona a Livraria e Café do Wilsinho

(grande amigo e incentivador do bloco e dos advogados trabalhistas).

O desfile reuniu mais de 3 mil foliões (muitos advogados e seus familiares e amigos) além de uma legião de admiradores do bom e velho carnaval de rua carioca, que foram contemplados com uma primorosa atuação dos ritmistas da Bateria Chapa Quente do Bloco Badalo de Santa Teresa, comandada pelo mestre China.

O bloco teve ainda a presença de diretores da ABRAT: Araçari Baptista, Antônio Fabrício, José Luiz, Benizete Ramos, Paulo Reis e a ex-presidente da Associação, Moema Baptista.

Recife

Em Pernambuco mais uma vez a AATP, colocou na rua o bloco "Adicional de Alegria". O bloco saiu dia 09 de fevereiro.

O Vice-Presidente da ABRAT Marcondes Oliveira avaliou como muito bom o desfile do bloco esse ano.





Minas Gerais



Advogados mineiros serão beneficiados com convênio entre OAB e Associação

As entidades firmaram convênio com objetivo de atualização do profissional

O presidente da OAB/MG, Luís Cláudio Chaves e o presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT), Antônio Fabrício de Matos Gonçalves firmaram convênio, entre as duas entidades, com o objetivo principal de levar aos advogados mineiros atualizações gratuitas sobre a área jurídica. A ferramenta é mais um canal de comunicação e informação voltado para a produção de notícias com todo material direcionado ao âmbito jurídico.

As informações serão fornecidas através de um informativo da ABRAT, às segundas, quartas e sextas-feiras, e os inscritos poderão conferir jurisprudências, notícias jurídicas e atualizações das legislações vigentes. Além da Seccional Mineira o informativo já conta com o apoio da OAB/RJ e da AASP.

TRT

O presidente Antônio Fabrício participou na cidade de Caxambu, em Minas Gerais, da solenidade de inauguração da sede própria do fórum trabalhista do município.

A presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, desembargadora Deoclecia Amorelli Dias, presidiu a cerimônia, onde também foi implantado naquela Vara do Trabalho o Processo Judicial Eletrônico - PJe-JT.

Participaram ainda da inauguração o desembargador Ricardo Antônio Mohallem, presidente do Comitê Gestor Regional do Processo Judicial Eletrônico/TRT3, os juízes Fabiano de Abreu Pfeilsticker e Andréa Marinho Moreira Teixeira, membros do comitê, e, ainda, o advogado Carlos Schirmer, representante da OAB no grupo regional de trabalho do PJe.



A inauguração ocorreu no último dia 25

AMAT

A AMAT e OAB estão fazendo parte da Comissão de Segurança Institucional do TRT, para viabilizar a Segurança nas entradas nos prédios das Justiças do Trabalho e TRT 3ª Região. A medida está de acordo com a Resolução 104 DE 06.04.10 DO CNJ. Uma das medidas é o portal com detector de metal, que visa a segurança das partes, dos juízes, servidores e advogado.



Rio de Janeiro

CONAT Rio

A OAB/RJ vai apoiar a realização do XXXV Congresso Nacional de Advogados Trabalhistas (CONAT), promovido pela ABRAT, de 09 a 11 de outubro no Rio de Janeiro.

O apoio foi protocolado ao presidente da entidade, durante reunião na sede da Seccional, onde participaram também o presidente da ACAT/RJ, José Luiz Xavier, o presidente da ABRAT e a Conselheira Nata Rita Côrtez.

Associação participa de posse na OAB/RJ



Fabício, Felipe Santa Cruz e Vinícius Rezende

A diretoria da ABRAT esteve presente a posse do novo presidente da OAB/RJ, Felipe Santa Cruz, no último dia 21 no Theatro Municipal da capital.

O discurso de Santa Cruz foi marcado pela cobrança enfática dos direitos profissionais.

Estiveram presentes Antônio Fabrício - presidente da ABRAT, o presidente da Associação ACAT/RJ, José Luiz Campos Xavier; além dos diretores da Associação Estadual Cristiano Barreto e Mônica Santos, e os Conselheiros Natos Benedito Calheiros Bomfim, Paulo Vilhena e Rita Côrtez.



Rondônia

ABRAT presente em Rondônia

Está marcado para o mês de abril deste ano o primeiro evento da ABRAT em Rondônia. A confirmação foi feita durante visita do diretor da ABRAT, Luis Gomes, acompanhado do presidente da Associação Rondoniense dos Advogados Trabalhistas (ARONAT), Luiz Zildemar Soares, na Seccional da OAB/RO.

A Associação foi recebida pelo Conselheiro Federal, Elton Assis e pelo Secretário-Geral da Caixa de Assistência dos Advogados de Rondônia (CAARO), Vitor Noé.



Brasília

ABRAT participa de encontro onde é definida agenda comum entre OAB

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado, recebeu, o presidente do Colégio de Presidentes, Luís Claudio da Silva Chaves, e o presidente Antônio Fabrício para discutir a elaboração de uma agenda comum entre o Conselho Federal e a ABRAT, para a realização de atividades e iniciativas em favor dos advogados trabalhistas.



Presidente da ARONAT, Luiz Zildemar, o Conselheiro Federal, Elton Assis, o Secretário-Geral da CAARO, Vitor Noé e Luis Gomes, Diretor da ABRAT



Antônio Fabrício, Marcus Vinícius e Luís Cláudio durante encontro no Distrito Federal



Agende-se

Março

01- Encontro PJe em Brasília (DF)
01- Curso de Formação em PJ-eJT – Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – Belo Horizonte (MG)
05 - Posse do Ministro Carlos Alberto Reis de Paula como Presidente do TST-Brasília (DF).
21 a 23 - IX JUTRA – Encontro Luso-Brasileiro de Direito do Trabalho na AASP – São Paulo (SP).
25 a 29 – VII Encuentro Internacional de Abogados Laboralistas Y Del Movimiento Sindical – Havana em Cuba.

Abril

XXI Caravana Abrat – Porto Velho (RO)



Deu no Twitter

Moysés Monteiro @moysesfmonteiro

Conheça o novo e belíssimo site da Advocacia Trabalhista Nacional! Não deixe de navegar e divulgar essa ferramenta!! <http://www.abrat.net/portal/>



ACATRJ @ACAT50ANOS

Presidente da @ACAT50ANOS assiste ao curso de capacitação promovido pelo @TST_Oficial



21 de fev Cezar Britto @cezar_britto

Ontem o STF, por um voto, muda a sua jurisprudência e fixa a competência da Justiça Comum para o julgamento de... <http://fb.me/1zdQUqnFG>



21 de fev Ophir Cavalcante Jr @OphirCavalcante

OAB ganha liminar e reconquista espaço gratuito na Justiça do Trabalho <http://www.oab.org.br/noticia/25180/oab-ganha-liminar-e-reconquista-espaco-gratuito-na-justica-do-trabalho>



ABRAT na Mídia

<http://www.oab.org.br/noticia/25185/proximo-presidente-do-tst-atende-oab-e-fara-novo-cronograma-do-pje>

<http://www.oabmg.org.br/Noticias.aspx?IdMateria=4447>

<http://www.oabmg.org.br/Noticias.aspx?IdMateria=4428>

<http://anape.org.br/noticia/Advogados+P%C3%BAblicos+destacados+na+posse+do+CFOAB>

<http://oab-ro.jusbrasil.com.br/noticias/100332812/abrat-quer-trazer-caravanas-para-rondonia>

<http://www.oabmg.org.br/Noticias.aspx?IdMateria=4447>

<http://globoTV.globo.com/rede-globo/mgtv-1a-edicao/v/advogado-explica-como-evitar-assedios-morais/2408360/>



Deu no Facebook



Claudio Menezes Infelizmente não foi possível ficar até a saída do bloco, pois tinha compromisso assumido com o bloco arrasta da Iputinga. Fico feli z por mais um ano do “Adicional da Alegria” nas ruas do Recife.
15 de fevereiro às 21:15



Assat - Associação Sergipana de Advogados Trabalhistas compartilhou um link.

1 de fevereiro

Conheça o novo TRCT e os Termos de quitação e de homologação que se tornaram obrigatórios hoje. Link abaixo:

http://portal.mte.gov.br/ass_homolog/novo-termo-de-rescisao-do-contrato-de-trabalho.htm



Magalhães Perícias

13 de fevereiro

NOTICIA: Processo eletrônico começa a operar em Pernambuco

Depois de ser suspenso há quase dez dias por meio de liminar concedida pelo Conselho Nacional de Justiça e ter seu funcionamento garantido pelo Plenário do mesmo CNJ dias depois, o Processo Judicial Eletrônico (PJe) em Pernambuco teve seu primeiro despacho dado na quinta-feira (7/2).

Acompanhe a

ABRAT



www.facebook.com/redeabrat



www.twitter.com/redeabrat



www.abrat.net